

PREFÁCIO

Jornalismo e sonho de comunidade

Moisés de Lemos Martins*

O jornalismo tem como razão de ser o exercício da cidadania e a construção da memória pública, apenas se justificando como capacitação para uma prática mais sustentada de participação cívica. O jornalismo tem, assim, um vínculo declarado ao espaço público, que ajuda a construir, e com os valores que sustentam a ordem democrática, sendo esses valores a liberdade, a justiça social, a equidade e o bem público, valores de cidadania, em função dos quais é possível aferir a qualidade do ambiente simbólico de uma democracia.

Muitos são, no entanto, aqueles que hoje colocam em dúvida a capacidade do jornalismo para cumprir a sua razão de ser e realizar a sua tarefa. Há mesmo quem endosse ao jornalismo a responsabilidade pelos sentimentos de nostalgia, que se exprimem nas sociedades contemporâneas, por uma “mítica idade de ouro” da participação cívica, uma idade que se identificaria com os tempos iniciais e heróicos desta profissão.

O jornalismo é uma prática discursiva, que funda o espaço público alargado, não sendo possível dissociar experiência colectiva e discurso. Mas nos dias de hoje dificilmente a palavra é habitada por qualquer esperança, nada parecendo prometer, embora tenha sido no Ocidente fatora de civilização, e mais do que isso, dê forma ao nosso mito fundamental, um mito simultaneamente judaico-cristão e greco-latino, com o *logos*, que é palavra, a ser igualmente razão. O jornalismo vem destas origens e funda o espaço público como um espaço de palavra cívica: de comprometimento, e não de compromisso; de combatividade, e não de atonia; de desassossego crítico, e não de acomodação; de diversidade que afirme diferenças e se constitua tanto pelo consenso como pelo dissenso, e não de homogeneidade que aplane diferenças e tudo empape numa indistinção consensual.

Por outro lado, são conhecidas as fatais conviências do jornalismo com os poderes políticos e económicos, a ponto de se poder dizer que o jornalismo é uma prática que autoriza a apropriação do espaço público pelos

* Investigador do Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (CECS).
moiseslmartins@gmail.com

mais variados grupos de interesses. Tem-se falado, neste contexto, de crise do jornalismo, com a adulteração das suas práticas.

Estas são as tutelas conhecidas do jornalismo e foram particularmente postas a nu por Karl Krauss, em Viena, no começo do século XX, como bem analisa Madalena Oliveira. Mas entretanto outras tutelas se lhes têm juntado. O jornalismo parece de facto fascinado pela “sensologia” (Perniola), uma maquinação emocional, na era das máquinas informáticas. Por essa razão, ouvimos falar agora de efervescência mediática e de estratégia euforizante dos *media*, com o efeito geral de um adormecimento cívico.

A dúvida sobre as reais capacidades do jornalismo para “adjuvar a cidadania” e para construir a memória da vida pública tem boas razões para se exprimir e subsistir. Mas também podemos colocar a hipótese contrária da conjugação de esforços entre o jornalismo, tal como foi constituído nos séculos XIX e XX, e as novas tecnologias da informação e comunicação, para modelar o espaço público, tendo em vista uma maior intervenção dos cidadãos na vida colectiva, com a profissão a ser disputada por novos actores, que emergem, por exemplo, nos blogues e nas redes sociais electrónicas.

O propósito de Madalena Oliveira expresso neste livro é construtivista, com o jornalismo a ser encarado como uma prática de construção do real, ela própria construída socialmente. Pretende esta autora refundar o jornalismo no “metajornalismo”, uma categoria crítica, que refaz o jornalismo no pensamento. Esta proposta tem uma natureza política, no sentido que é dado à política por José Bragança de Miranda, de “resposta milenar a uma situação de perigo”. O metajornalismo traduz, com efeito, a injunção política de mergulharmos na imanência e de respondermos, aqui e agora, à situação de urgência do nosso confronto com as coisas que vemos e com os outros com quem temos que ver.

A categoria crítica do metajornalismo não exprime, no entanto, um qualquer transcendentalismo a que a prática jornalística deva estar sujeita. Madalena Oliveira decide-se antes pela proposta de uma “pragmática sociológica”, inspirada em Pierre Bourdieu, projectando o jornalismo como um espaço de disputa simbólica, onde se jogam assimétricas forças sociais, culturais, políticas, económicas, e outras, relativas à distinta força que os actores sociais têm dentro de um campo social específico, onde se entrechocam distintas posições sociais. É através desta pragmática sociológica, um outro modo de formular o metajornalismo, que a autora vê ser possível, não apenas o escrutínio das condições de possibilidade ou de constituição da prática jornalística, como também o combate “aos abatimentos morais e aos cansaços do discurso mediático”.

Madalena Oliveira aventurou-se por um propósito difícil e arriscado. O seu ponto de partida é a crise da cultura, de que decorre a crise dos

universais, com a conseqüente crise da razão, do sentido histórico, da cidadania, enfim, da democracia. A época, nos termos em que é concebida, é a época do fim. E o jornalismo diria este sentimento de época, um sentimento de crise, e aprofundá-lo-ia.

Pronunciando-se sobre a crise irremível do moderno, Michel Maffesoli tem insistido na “transfiguração do político”, não mais a *polis* e a cidadania, o sentido colectivo, que constituiria um gregarismo, mas a tribo, “uma política de proximidade”. Quer isto dizer que o “estar junto” comunitário não seria o espaço público da ágora, com *media*, assembleias de cidadãos, partidos e sindicatos. Seria antes a tribo, uma comunidade emocional, de afecções electivas.

Há quem possa entender como “saturado”, para utilizar uma expressão de Sorokin, o léxico que constitui o objecto de estudo de Madalena Oliveira: cidadania, política, ética, deontologia, regulação, democracia. E também os sintagmas nominais “espaço público” e “responsabilidade social”. A própria Madalena Oliveira se lhes refere assinalando a sua grande “erosão”. Por esta razão, o jornalismo e os seus actores são uma realidade frágil. “Heróis frágeis da modernidade”, assim se referiu Dominique Wolton aos jornalistas. E, com efeito, é frágil o discurso da cidadania, quando os cidadãos amolecem e a cota da participação cívica regista valores diminutos. Mas a proposta que nos é apresentada por Madalena Oliveira é a de um combate pela capacitação dos cidadãos para a participação, através do reforço da atitude crítica e reflexiva. Em seu entender, o metajornalismo é uma “prática adjuvante da cidadania”, o que quer dizer, uma saída política para a crise.

Nesta saída política para a crise do jornalismo existe a grandeza ética de um propósito tensional, e não transcendental. Não se trata, pois, de procurarmos a solução na ética das grandes sínteses redentoras, nem mesmo na ética renovada, de inspiração kantiana, da “teoria da acção comunicativa” de Apel e Habermas, ou então da ética dialógica de Francis Jacques. O fundacionalismo, o logocentrismo e o monoteísmo, expressos pelo clássico regime de valores convocado pelo jornalismo, a saber, “a objectividade, a verdade e a neutralidade”, não respondem à crise, antes a cancelam, normalizando a existência. O sentido ético que Madalena Oliveira confere ao jornalismo é meramente tensional, fundado na experiência de uma existência “in actu”, como a entende Nietzsche, e é imposta pela iminente situação de perigo em que nos encontramos, uma situação que nos convoca a um combate urgente de cidadania contra a apatia e a atonia.

A ética tensional faz supor a adopção de uma atitude modesta perante o conhecimento social, uma atitude que exprime a nossa actual condição, estilhaçados que estamos pela queda dos universais, pela mobilização tec-

nológica, e também pela impotência diante das actuais lógicas globalizantes das tecnologias da informação, que segregam o controlo. No entanto, perante a hemorragia permanente do sentido, com o humano a viver uma condição fragmentária, nomádica, intranquila e desordenada. Madalena Oliveira bate-se energicamente pela utopia do pensamento. um sonho de modernidade, sem dúvida a contra-ciclo das teorias da emancipação, mas que se ergue diante da nova cinética que se assenhoreia do mundo e nos mobiliza para o mercado global como indivíduos empregáveis, competitivos e performantes.

Este imperativo político é concretizado através de uma pragmática multiforme, que se cumpre numa razão escrutinadora (“accountability” é a expressão inglesa). Trata-se de prestar contas aos públicos, ao mercado e à própria classe jornalística, num confronto permanente entre a prática jornalística e as expectativas do público, expectativas essas que correspondem, aliás, às exigências de cada época. Habita este propósito uma utopia moderna, um combate pela cidadania, o que significa um combate pela democracia. Concretizando esta utopia, Madalena Oliveira projecta o jornalismo como “uma prática de desocultação”, através de “lances de linguagem” (Lyotard), naquilo que entende constituir uma “tarefa central à democracia”.

Como assinalámos, a autora não vê que esta razão escrutinadora possa exercer-se em nome de um propósito transcendental, expresso numa codificação ética que controle ou cancele a crise, sem todavia a resolver. Por outro lado, também a deontologia profissional lhe parece um propósito de perna curta, dado o risco de a “moral profissional” quase sempre se esgotar numa dogmática. Mas se a auto-regulação não a convence, a hetero-regulação não lhe dá maiores garantias: a auto-regulação, por trazer no bojo o risco do autismo e do ensimesmamento; a hetero-regulação, por ameaçar com a censura, ou então com a governamentalização.

O escrutínio do jornalismo não pode contrariar, com efeito, a natureza desta profissão, que é a de uma insurgência reflexiva contra os estados de poder, que se produzem e cristalizam, por um lado na constituição das empresas dos *media* (fusões, aquisições, lançamentos e acordos), por outro na produção, difusão e circulação das notícias, e ainda, na grande viragem tecnológica, que tanto permite a globalização das economias e a transmissão planetária das culturas, como a emergência das novas legitimidades profissionais, que se estabelecem, por exemplo, nos blogues e nas redes sociais electrónicas. No que diz respeito especificamente às tecnologias, sabemos, por exemplo, que elas não garantem, por si sós, novas práticas sociais. Não é a questão técnica que é decisiva, e sim a questão cultural.

Já o referimos, o campo jornalístico é um campo complexo, mas decisivo para o exercício da cidadania e a construção da memória da vida pública. No entanto, sabemos quão difícil é o seu escrutínio democrático, entre outras razões, pela ligação umbilical que o Estado mantém com os sistemas mediáticos, mas também pelo corporativismo dos seus agentes, e ainda pelos muitos interesses que o percorrem, interesses políticos, económicos e outros, que a todo o tempo ameaçam jugulá-lo, instrumentalizando-o.

Metajornalismo – Quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso amadureceu à investigadora, com proporção e equilíbrio, na árvore ridente dos frutos de Primavera, onde a sua mão os colheu com trabalho e alegria. O vocabulário e a sintaxe da autora movem-se na sóbria margem de uma escrita elegante e são instrumentos de expressão ávida de justiça e seriedade. Madalena Oliveira trabalha num patamar elevado da prática científica, num registo de nitidez filosófica e cuñho literário. A investigadora que nesta obra se revela é dadivosa. Projecta o jornalismo para um sonho de comunidade, o sonho de uma utopia do pensamento, em permanente tensão com os abalos do mundo e escrutinada publicamente, uma utopia que se decide num espaço radicalmente aberto pela ideia de liberdade, tendo a justiça como seu efeito.